

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 21 DE AGOSTO DE 2001

Estou aqui, em companhia do Ministro Martus Tavares e do Doutor Gilmar Mendes, para informar a respeito do ajuste dos funcionários. O Governo, naturalmente, vai seguir aquilo que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal. Nem podia ser de outra maneira.

A Constituição diz que é preciso que haja, anualmente, uma revisão de salários, que deve ser a partir do mesmo índice para todos.

Quero, em primeiro lugar, informar o seguinte: tenho lido e ouvido que não houve qualquer aumento de funcionalismo público. Quero dizer que, em 1995, houve um reajuste geral de 25%. Mais tarde, o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão relativa a 11 funcionários, de um aumento de 28%. E eu mandei generalizá-lo. Ou seja, não apenas aqueles 11 seriam beneficiados, mas para evitar que tivesse de haver, de novo, toda uma tramitação judiciária, que se desse para todos os funcionários.

Então são dois aumentos. O primeiro foi geral, e o segundo, quase geral. Pois bem, além disso, nós fizemos um reajuste de carreiras que atingiu cerca de 1 milhão de funcionários, incluindo militares.

Por que fizemos reajustes por carreiras? Porque existia sentido de reajustes gerais na época da inflação elevada. Quando então se repunha, não havia aumento, havia a reposição do que se perdera anteriormente. No caso das carreiras, nós as estamos reestruturando, levando em consideração a complexidade de cada uma delas e a sua comparabilidade com o setor privado. Aí houve uma série de reajustes: militares, diplomatas, pessoal da área financeira do Governo, Tesouro. Vários reajustes foram feitos. Não obstante, seguiremos, naturalmente, a Constituição.

Em termos dessa revisão da Constituição, viramos a expectativa de inflação futura, que é de 3,5%. Mas não é só isso que estamos fazendo. Nós estamos, também, resolvendo uma outra questão. Há uma velha pendência a respeito de 3,17% que atinge 700 mil funcionários. Isso custa 400 milhões de reais. E nós resolvemos, também, acrescentar aos 3,5 esses 3,17%. Mais ainda, e aí, sim, eu acho que é um setor que tem do que se queixar, é o chamado PCC. São aqueles funcionários sujeitos ao Plano de Classificação de Cargos. Na sua imensa maioria, trata-se de ex-funcionários celetistas que por decisão constitucional se tornaram funcionários públicos. E, portanto, esses ficaram fora das carreiras. Neste caso, nós estamos, agora, fazendo um aumento que, em média, para aqueles que têm curso superior, é de 35%. Para os que têm posições intermediárias, é de 20%. E para os chamados auxiliares, é de 18%.

Essa diferenciação – reitero – é porque, em termos da comparação com o setor privado, havia mais desigualdade entre aqueles que têm complexidade maior no exercício das suas funções, e por isso, em média, dá 35%.

Isso significa um gasto de mais 554 milhões de reais, que se somam aos 400 milhões de reais, daqueles que eu já mencionei, para atingir 3,17%, e alcança 700 pessoas.

Bom, além disso, nós estamos ainda reservando 100 milhões de reais para seguir levando adiante o nosso programa de reajustar carreiras, especialmente carreiras para corrigir distorções grandes que há na comparação entre o setor público e o privado. Algumas carreiras precisam de um apoio maior dentro do setor público.

Bom, separamos, também, mais 500 milhões de reais para a continuidade com cursos, de tal maneira que nós possamos continuar levando adiante a nossa política, que visa aperfeiçoar o pessoal, o servidor público.

Vamos, ainda, fazer uma outra movimentação: há um conjunto grande de pessoas que já são idosas, têm problema de doenças, têm invalidez e ganham menos de dois salários mínimos, e que teriam que ser beneficiadas pelos 28% a que já fiz referência aqui há algum tempo, e esse recurso é pago no tempo, com relação ao estoque, à dívida do passado.

Pois bem, nós resolvemos pagar de uma vez a esses funcionários que recebem até 10 salários mínimos os 28% que eles iriam receber nos próximos anos, porque não seria justo. Recebi muitas cartas de pessoas mencionando que elas, pela sua idade ou pela sua condição de saúde, talvez não se beneficiassem do que teriam direito. Então nós estamos antecipando esse pagamento.

O Ministro Martus Tavares e o Doutor Gilmar Mendes podem prestar os esclarecimentos que desejarem, mas eu quero dizer, portanto, que nós estamos fazendo aqui um esforço grande. Isso deve atingir o quê? Três bilhões de reais para fazer esses ajustes que eu estou mencionando. E esses 3 bilhões de reais serão reorganizados no Orçamento, ou seja, não haverá aumento de carga tributária. Não há impostos envolvidos nisso. Foi um esforço grande que significou, naturalmente, aperto de outros setores, cortes de outras áreas, porque o dinheiro é limitado, os recursos são limitados. Ou se aumenta imposto ou se diminui em algumas outras atividades para atender aos reclames dos funcionários e às exigências da Constituição, tal como definidas pelo Supremo Tribunal Federal.

Quero transmitir isso a vocês. Isso vai ser enviado em forma de projeto de lei e vai ser contemplado no Orçamento do ano de 2001, dentro também de todas as restrições que nós temos e que são conhecidas, mas que, não obstante, nos pareceu que era necessário ir além daqueles 3,5% devidos pelo Supremo. Estamos resolvendo várias outras pendências dos funcionários. Certamente, não no agrado de todos.

Como eu já disse tantas vezes, não é do agrado de ninguém. Nenhum de nós aqui está satisfeito com o que ganha. Nenhum servidor público está satisfeito com o que ganha, e com razão. Com exceção desses que são escandalosos. Há casos que são escandalosos. E quando forem olhar essa diferença de salário e sobretudo quando há diferença entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, verão que a média do Executivo é de mais ou menos 2 mil e poucos reais. A do Judiciário e do Legislativo é de 5 mil reais por mês. É o dobro do funcionário do Executivo. Já é uma diferença grande.

Mesmo no próprio Executivo há distorções. Algumas têm sido assinaladas pelos jornais nos últimos dias. No Legislativo, são escandalosas. Quando se diz que o topo do salário deve ser o do Presidente da República, eu rio comigo mesmo. O Presidente recebe, bruto, 8,5 mil reais. E eu vejo pelos jornais que há funcionários – funcionários eu não digo – mas há pessoas que recebem do Governo, às vezes, até 10 vezes isso. O que me parece, realmente, que alguma coisa está profundamente errada. E o que não nos permite dar uma remuneração condigna a todo servidor é a discrepância salarial. E quando se dá um aumento geral, se aumenta a discrepância. É por isso que o Governo, ao invés de dar aumentos gerais, preferiu sempre ir corrigindo as distorções. Mas a lei é a lei. Mais uma vez, 3,5% para todos.